



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 98/XII/ 2.ª SL

Aos 19 dias do mês de junho de 2013, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.

2. Apreciação de proposta de alteração da recomendação aprovada pela Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu, sobre o funcionamento e organização do Serviço Europeu de Ação Externa.

3. Distribuição de iniciativas:

- Proposta de Resolução nº 63/XII/2ª - "*Aprova o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à instituição de um Procedimento de Comunicação, adotado, em Nova Iorque, em 19 de dezembro de 2011*".

4. Apreciação de:

- Relatório - *Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Política Europeia de Vizinhança: rumo a uma Parceria reforçada* (JOIN(2013) 4 final)

Relatora: Deputada Mónica Ferro (PSD);

- Proposta de Resolução n.º 56/XII/2 - "*Aprova o Acordo sobre o Espaço de Aviação Comum entre a União Europeia e os seus Estados Membros e a República da Moldova, assinado em Bruxelas em 26 de junho de 2012*";

Relatora: Deputada Maria José Moreno (PSD).

5. Apresentação do Relatório da participação da Assembleia da República na Reunião Interparlamentar de Comissões dedicada ao tema: a coerência da política para o desenvolvimento e a coordenação dos Países doadores - Como podem os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu trabalhar em conjunto.

Sr.ª Deputada Ângela Guerra (PSD) e Sr. Deputado Paulo Pisco (PS)

6. Aprovação da Ata nº 96 relativa à reunião de 4 de junho.

7. Outros assuntos.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 98/XII/ 2.ª SL

1. Informações.

O Sr. Presidente, Deputado Alberto Martins, deu início à reunião, tendo começado por informar dos próximos agendamentos:

- Visita à sede CPLP, no próximo dia 2 de julho,
- Visita da delegação da Assembleia da República de Moçambique na semana de 20 de julho.

Informou ainda que se aguarda marcação da audição do Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros e a confirmação da vinda da Presidente Instituto Camões, no próximo dia 25 de junho.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS) pediu a palavra para dizer que não é apenas o Senhor Ministro que tem uma agenda difícil de gerir, os membros da Comissão também, pelo que considerava inadequado o agendamento em dia que não seja de trabalho parlamentar

2. Apreciação de proposta de alteração da recomendação aprovada pela Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu, Elmar sobre o funcionamento e organização do Serviço Europeu de Ação Externa.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) começou por agradecer a iniciativa do Sr. Presidente de sugerir que ele próprio e o Sr. Deputado Paulo Pisco apreciassem esta Recomendação. Disse que não houve oportunidade de efetuar uma análise em conjunto, pelo que optou por apresentar um documento face ao teor e profundidade da Recomendação que incide sobre a estrutura e funcionamento do SEAE. Referiu que os relatores apresentam uma extensa proposta de recomendação para apreciação e aprovação pelo Parlamento Europeu acerca da evolução verificada pelo SEAE. São apontados os pontos fortes e as fragilidades do SEAE em cerca de dois anos e meio de funcionamento. É uma matéria que dá os primeiros passos, mas para solidificar a posição da UE é necessário evitar a colisão e falta de eficácia em matéria de política externa. O documento que vai ser apresentado ao Parlamento Europeu é profundo, mas carece de identificação de prioridades de intervenção. Também em matéria de recrutamento considera que é fundamental ter uma componente geográfica, não em termos de quotas mas por uma questão de sensibilidade. Realçou a importância da



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 98/XII/ 2.ª SL

recolha e partilha da informação e a questão da legitimação do serviço, considerando que o papel dos parlamentos nacionais deve ser considerado e ampliado neste quadro de legitimação do SEAE. No âmbito das Conferências Interparlamentares PESC/PCSD deve ser agendada de forma sistemática a apreciação do funcionamento deste serviço, o que reforçará o controlo democrático. Referiu ainda que os parlamentos nacionais devem ser exortados a acompanhar a evolução e o funcionamento do SEAE, nomeadamente apreciando os relatórios anuais e chamando a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança para ser questionada a estratégia e ação do serviço.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) começou por referir que considerava igualmente que seria útil que as observações e sugestões fossem partilhadas e, sobretudo, que o SEAE funcionasse numa lógica de complementaridade relativamente às ações de política externa dos Estados-membros. Estas competências são novas mas há alguns aspetos que devem ser levados em consideração. Realçou a importância da cooperação e partilha de informação como referido. Considerou também importante a apresentação de um Relatório pela Alta Representante, como se encontra previsto, embora com carácter semestral para poder ser apreciado nas Conferências Intérparlamentares e permitir um melhor acompanhamento por parte dos parlamentos nacionais.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS) cumprimentou o Sr. Deputado António Rodrigues pelo Relatório e prosseguiu sugerindo que fosse enviado à CAE, uma vez que a análise que é feita constata a inadequação dos Tratados para evitar colisões de competências. Considerou ainda que, perante as debilidades que este Relatório aponta face à capacidade da UE atuar em bloco, faz sentido que Portugal, como um país pequeno, não se deixe desaparecer ou se desapetreche de competências nesta matéria.

O Sr. Presidente salientou a importância deste Serviço que, considerou, não pode, no entanto, distrair-nos da questão central da construção europeia que tem grandes défices democráticos e que se caracteriza por uma grande centralidade burocrática.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 98/XII/ 2.ª SL

Sugeriu assim que se inserisse a defesa de uma construção europeia mais democrática e participada.

O Relatório, com inclusão das propostas apresentadas, foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

3. Distribuição de iniciativas:

- Proposta de Resolução nº 63/XII/2ª - "Aprova o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à instituição de um Procedimento de Comunicação, adotado, em Nova Iorque, em 19 de dezembro de 2011".

De acordo com os critérios fixados pela Comissão, cabe ao grupo parlamentar do PS indicar Deputado(a) para elaborar o Parecer.

4. Apreciação de:

- Relatório - Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Política Europeia de Vizinhança: rumo a uma Parceria reforçada (JOIN(2013) 4 final)

A Sr.ª Deputada Mónica Ferro (PSD) apresentou o relatório começando por referir que esta Comunicação é muito detalhada pelo que iria tentar transmitir apenas os elementos fundamentais.

Em 2011 a União Europeia procedeu à revisão da sua Política Europeia de Vizinhança (PEV), criando instrumentos que permitem conceder um maior apoio aos países parceiros empenhados em construir uma democracia sólida e sustentável, bem como apoiar o desenvolvimento de uma economia inclusiva. Esta PEV traduz uma mudança em resultado da atual crise financeira e conseqüente abrandamento da atividade económica em vários Estados-Membros. Alguns dos países parceiros abrangidos pela política de vizinhança continuaram confrontados com conflitos, instabilidade política e dificuldades socioeconómicas. A PEV continua a ser o principal instrumento em que se estrutura a colaboração da União com os países vizinhos e é alicerçada em valores comuns.

Destacou ainda o facto de, nos países abrangidos pela PEV, terem sido realizados alguns progressos no que respeita às reformas destinadas a promover uma



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 98/XII/ 2.ª SL

democracia sólida e sustentável, mas subsistirem ainda alguns problemas e a evolução da situação faz recear um retrocesso. Concluiu referindo que o fundamental é destacar que há um conjunto muito amplo de valores partilhados.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS) felicitou a Sr.ª Deputada pelo Relatório, embora não partilhe o otimismo que expressou e considerou que não deveríamos colocar as expectativas muito altas. O que se passa na Turquia e nos Estados do Magrebe é muito preocupante. Saudando o trabalho e a perspetiva otimista, considera que há falta de coerência nos princípios expressos pela UE.

O Relatório foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

- Proposta de Resolução n.º 56/XII/2 - "Aprova o Acordo sobre o Espaço de Aviação Comum entre a União Europeia e os seus Estados Membros e a República da Moldova, assinado em Bruxelas em 26 de junho de 2012";

A Sr.ª Deputada Maria José Moreno (PSD) apresentou o Parecer começando por referir que a UE pretende substituir a rede de acordos bilaterais, por um Espaço de Aviação Comum entre a União Europeia e os seus Países vizinhos. A integração da República da Moldova nesse espaço de aviação comum torna a maioria das regras e disposições do mercado único de transportes extensivas àquele Estado.

Referiu ainda que considera que este Acordo vem contribuir para um fortalecimento do Espaço Aéreo Comum e para uma maior facilidade de expansão de oportunidades de transporte aéreo. Ao mesmo tempo está-se a contribuir para o desenvolvimento de uma zona de prosperidade e segurança que vai ao encontro dos interesses dos consumidores europeus.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) manifestou dúvidas quanto à designação do país, tendo a Sr.ª Deputada Maria José Moreno manifestado disponibilidade para averiguar a designação correta e adequar o parecer em consonância.

O Parecer foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

5. Apresentação do Relatório da participação da Assembleia da República na reunião Interparlamentar de Comissões dedicada ao tema: a coerência da



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 98/XII/ 2.ª SL

política para o desenvolvimento e a coordenação dos Países doadores - Como podem os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu trabalhar em conjunto.

A Sr.ª Deputada Ângela Guerra (PSD) apresentou o Relatório tendo referido que a organização desta Conferência teve por objetivo promover a discussão em sede de Comité de Desenvolvimento da questão da coerência das políticas públicas para o desenvolvimento. Participou na Sessão 1, na qual os parlamentares nacionais foram chamados a partilhar as boas práticas existentes a nível nacional neste domínio, tendo salientado junto dos representantes dos Estados-membros o facto de Portugal ter aprovado uma resolução dedicada a esta questão.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) felicitou pelo relatório apresentado e disse que terminou por haver duas intervenções em nome de Portugal e concluiu referindo que há países da UE que têm mais vocação para a cooperação e apresentam, consequentemente, maior experiência neste domínio.

6. Aprovação da Ata nº 96 relativa à reunião de 4 de junho.

A ata foi aprovada por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

7. Outros assuntos.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS) pediu a palavra para referir a vontade de associações de outros países de língua latina de se aproximarem da CPLP para em conjunto, se afirmarem perante a hegemonia da língua inglesa. Disse que um dos tiques dos portugueses era para desconsiderarem a sua própria língua e considerou que tem de haver um esforço para estes povos se entenderem reciprocamente e aprenderem as línguas respetivas.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 04 julho 2013.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 98/XII/ 2.ª SL

O Presidente da Comissão

(Alberto Martins)



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 98/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Basílio Horta
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Maria de Belém Roseira
Maria Gabriela Canavilhas
Maria José Moreno
Mário Magalhães
Mónica Ferro
Paulo Pisco
António Almeida Henriques
Maria Paula Cardoso

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Feliciano Barreiras Duarte
Helena Pinto
José Lino Ramos
Laurentino Dias
Nuno Magalhães

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Bernardino Soares
Maria João Ávila
Maria Manuela Tender
Pedro Silva Pereira